



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 615/2009
(RENOVAÇÃO)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, **RESOLVE**:

Expedir a presente Licença de Instalação à:

EMPRESA: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

CNPJ: 04.892.707/0001-00

CTF: 671360

ENDEREÇO: SAN Quadra 3, Lote A - Edifício Núcleo dos Transportes

CEP: 70.040-902 **CIDADE:** Brasília **UF:** DF

TELEFONE: (61) 3315-4185 **FAX:** (61) 3315-4083

REGISTRO NO IBAMA: Nº 02001.002419/2004-53

Relativa ao projeto de Pavimentação da Rodovia Federal BR 158/MT, segmento km 0,0 (Divisa PA/MT) ao km 213,5, com 213,5 km de extensão.

Esta Licença de Instalação é válida pelo período de 02 (dois) anos, a partir desta data, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes do processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília-DF, 17 JUN 2013

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente do IBAMA

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 615/2009

Renovação

1 - Condicionantes Gerais:

- 1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama.
- 1.2. Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. Qualquer alteração das especificações do projeto deverá ser precedida de anuência do Ibama.
- 1.4. Esta Licença não exime o empreendedor de obter outras autorizações/licenças exigíveis por outros órgãos.
- 1.5. Os prazos previstos nas Condições Específicas abaixo somente poderão ser modificados mediante motivação justificada pelo empreendedor e aprovação formal da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama.
- 1.6. Em havendo necessidade de renovação desta Licença, o empreendedor deverá requerê-la, num prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término da sua validade.

2 – Condições Específicas:

- 2.1. No período chuvoso, o empreendedor deverá implementar as estruturas de contenção temporária nos trechos abertos e não finalizados de modo a não gerar erosões e assoreamentos danosos ao meio ambiente.
- 2.2. Apresentar manifestação do IPHAN quanto ao Programa de Pesquisa, Prospecção e Resgate de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural.
- 2.3. Para cumprimento das obrigações previstas no art. 36 da Lei nº 9985/2000, apresentar, em até 30 (trinta) dias, o Valor de Referência Atualizado – VR do empreendimento, com a relação, em separado, dos valores dos investimentos, dos projetos e programas para mitigação de impactos e dos valores relativos às garantias e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais, observando os §§1º e 2º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 371/2006. O VR poderá ser informado com base nos investimentos que causam impactos ambientais relativos ao empreendimento.
- 2.4. Apresentar, nos relatórios semestrais e em tópico específico, uma tabela com atualização do cronograma físico de implantação do empreendimento, incluindo as fases de implementação dos Programas Ambientais.

CONDICIONANTES DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 615/2009

Renovação

- 2.5. Dar continuidade a todas as ações propostas em todos os Programas Ambientais contidos no Plano Básico Ambiental aprovado pelo Ibama. Deverão ser apresentados relatórios semestrais de acompanhamento das atividades executadas, considerando o detalhamento executivo (atividades e metas) apresentado em cada programa específico constante no PBA. Tal relatório deve ser conclusivo e com indicativos de melhorias, contemplando a descrição das atividades desenvolvidas no decorrer da execução do empreendimento, incluindo a avaliação da eficiência dos mesmos.
- 2.6. Considerar, nos trechos urbanos, a utilização de sinalizações, passarelas ou outras soluções de engenharia, visando à proteção dos pedestres, conforme necessidades surgidas durante a instalação da rodovia, em decorrência do aumento do tráfego de veículos e do crescimento da área urbana ao longo do empreendimento.
- 2.7. Os canteiros de obras e demais áreas de apoio (jazidas e bota-foras) a serem utilizadas nas obras deverão ser devidamente licenciadas junto ao órgão ambiental competente. Cópias destas licenças deverão ser encaminhadas ao IBAMA.
- 2.8. Fica proibida a deposição de restos de obras nos cursos d'água e suas margens. As áreas, que porventura sejam degradadas, deverão ser devidamente recuperadas utilizando-se espécies nativas.
- 2.9. Fica proibida a inclusão de áreas próximas aos remanescentes de vegetação original e áreas de preservação permanente nos projetos de instalação de canteiro de obras, áreas de empréstimo, jazidas, deposição de material excedente ou alojamentos.

